

À

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.

Rua Santa Catarina, 1470

Curitiba - Paraná

Correio Eletrônico: andreia.betim@schindler.com

Telefone (41) 3025-4463

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NC 2980-18 - Aquisição de 03 (três) elevadores comerciais incluindo serviços de elaboração de projeto executivo, retirada, instalação, comissionamento e manutenção mensal dos elevadores no Edifício Parigot de Souza, localizado em Curitiba - Paraná.

Assunto: Impugnação - Resposta - parcial procedência

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPU, Anexo III do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

Assim, a ITAIPU possui procedimentos próprios para certames licitatórios que promove, disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU, adotando apenas e subsidiariamente a legislação brasileira e/ou paraguaia, conforme o caso, no deslinde das questões jurídicas que se apresentam, conforme consignado no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições do Pregão em apreço.

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, é regida por sua Norma Geral de Licitações, conforme consta do item 3 do já citado ato convocatório, não lhe sendo aplicável, portanto, a Lei brasileira nº 8.666/93.

Feitas as considerações iniciais, e depois da análise da impugnação apresentada por V.Sª, passamos a responder a insurgência e/ou pedidos nos seguintes termos:

- I. No que se refere à ausência de correção nos pagamentos feitos em atraso à contratada (fls. 2 e 3):

Pedido indeferido. Não há previsão nos normativos binacionais que regem ITAIPU para a inclusão da penalidade requerida.

- II. No que se refere à inviabilidade de apresentação de BDI (fls. 3 e 4):

Pedido indeferido. Considerando-se que a concorrência é pública, a ITAIPU mantém a exigência de que a CONTRATADA apresente planilha em até 10 (dez) dias corridos após a data de emissão da Ordem de Início dos Serviços de manutenção, descrevendo a

composição do preço unitário de cada um dos itens da Planilha de preços, discriminando: materiais, equipamentos, peças, mão de obra e BDI utilizado na composição dos custos. Tais informações são de interesse da ITAIPU para realizar efetiva gestão contratual ao longo de sua vigência, conhecendo os valores atribuídos aos itens do objeto. Não há óbice para que a CONTRATADA aplique BDI diferenciado para a parcela de fornecimento, sendo a planilha da Especificação Técnica apenas um modelo a ser seguido.

III. No que se refere à alegação do cronograma físico-financeiro (fls. 5 e 6):

Pedido indeferido. A ITAIPU realizará os pagamentos conforme a Cláusula 24 da minuta do contrato. Cabe ressaltar que a CONTRATADA, após a realização de cada serviço e/ou fornecimento, poderá solicitar a antecipação de pagamento conforme Cláusula 29 da minuta do contrato. Maiores informações, gentileza reportar-se ao item VI da resposta à impugnação, publicada no Aditamento n. 3.

IV. No que se refere à alegação de lesão aos direitos autorais da contratada - propriedade intelectual (fls. 7 e 8):

Pedido parcialmente deferido. Esclarece-se que exigência refere-se apenas aos projetos complementares, tais como: infraestrutura elétrica e civil e não se aplica aos projetos dos elevadores (equipamentos). Isto é fundamental para que a ITAIPU possa executar adequações elétricas e civis que se façam necessárias nas portas, posso dos elevadores, casa de máquinas, etc. De toda a forma, a ITAIPU modificará o item 6.5 das Especificações Técnicas, Anexo I do CBC, nos termos do aditamento n. 4ª ser publicado nesta data.

V. No que se refere à alegação de prazos exíguos do cronograma de execução (fls. 8 a 10):

Pedido indeferido. A ITAIPU tem urgência na substituição dos elevadores, visto o fato de que um dos elevadores não está em operação.

VI. No que se refere à alegação de prazo para atendimentos emergenciais comprometem a competitividade do certame (fls. 10 e 11):

Pedido indeferido. Esclarece-se que há no mercado empresas que atendem prazos para atendimento de urgência definidos neste edital. Acredita-se que com a instalação do sistema do resgate automático, o número de chamados poderá reduzir. Contudo, os chamados emergenciais, subitem 23.1 das Especificações Técnicas, foram estabelecidos para atender os casos de acidentes ou de pessoas retidas na cabine dos elevadores. Neste caso, entende-se que há necessidade de atendimento com o menor tempo possível, pois a retenção de passageiros presos em tempo excessivo gera pânico, desconforto, estresse e prejuízos à saúde dos usuários.

VII. No que se refere à definição de prazo exíguo para substituição de peças danificadas (fls. 11 a 13):



Pedido indeferido. O prazo serve para disciplinar situações de descaso e adiamento injustificáveis com relação ao atendimento. É óbvio que os gestores da ITAIPU dispõem de bom senso com relação a situações em que não se consiga imediatamente cumprir o prazo de fabricação e substituição. Nesse sentido, e conforme o item 21.3 das Especificações Técnicas, o prazo poderá ser dilatado, a critério da ITAIPU, mediante justificativa técnica elaborada pela CONTRATADA.

VIII. No que se refere à impossibilidade de retenção de créditos da contratada (fls. 13 e 14):

Pedido indeferido. A possibilidade de dedução de pagamento em face de débitos da Contratada decorre dos normativos internos de ITAIPU.

IX. No que se refere à impossibilidade de subcontratação (fls. 14 e 15):

Pedido prejudicado e parcialmente atendido. A possibilidade de subcontratação foi concedida na alínea "a" do item II do Aditamento n. 3, contudo, a subcontratação dos serviços de desmontagem e montagem dos elevadores dependerá de autorização prévia da ITAIPU nos termos da cláusula 43, com redação conferida pelo Aditamento n. 3.

X. No que se refere à responsabilidade de ITAIPU em caso de rescisão contratual (fls. 15 e 16):

Pedido indeferido. Na hipótese de rescisão unilateral por parte da Contratada em caso de suspensão dos serviços por prazo superior a 60 (sessenta) dias ou por ocorrência de caso fortuito ou de força maior nos termos das cláusulas 45 e 46, gerará ao direito da CONTRATADA receber os pagamentos devidos pela execução até a data de rescisão.

XI. No que se refere à responsabilidade da contratada pela segurança da obra (fls. 17 e 18):

Pedido indeferido. Favor reportar-se ao item IV da resposta à impugnação, publicada no Aditamento n. 3.

XII. No que se refere aos esclarecimentos requeridos (fls. 18 a 20):

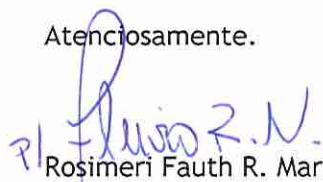
Favor reportar-se ao aditamento n. 4.

Assim, diante da razão imposta, propugna-se por reconhecer parcialmente procedente a impugnação apresentada por V.S^a ao tempo que solicitamos a gentileza reportar-se ao Aditamento 4 ao CBC, publicado por ITAIPU na presente data, disponível no endereço <http://www.itaipu.gov.br/licitacoes/licitacoes-em-curso-licitaciones-en-curso-tenders-underway>.



Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente.


Rosimeri Fauth R. Martins
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____